



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, REALIZADA AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2026, EM CONFORMIDADE COM OS REQUERIMENTOS Nº 444/2026 E Nº 569/2026.

Às quatorze horas e treze minutos do dia vinte e seis do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, no Plenário da Câmara Municipal de Piracicaba, instalada em prédio próprio na Rua Alferes José Caetano, nº 834, foi realizada a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para demonstração e avaliação do cumprimento das **METAS FISCAIS DO PRIMEIRO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026**, em conformidade com a aprovação dada aos **Requerimentos nº 444/2026 e nº 569/2026**, de autoria da **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**. O Mestre de Cerimonial, Marcelo Bandeira, conduziu a abertura dos trabalhos, informando acerca do caráter e da dinâmica da audiência pública, da qual consta ata eletrônica e transmissão ao vivo pela **TV Câmara Piracicaba, frequência 11.3 UHF da TV Digital aberta, canal 4 da NET/Claro, canal 9 da Vivo Fibra**, bem como pelos perfis institucionais da Câmara Municipal no **Facebook** e no **YouTube**, além da página oficial **camarapiracicaba.sp.gov.br**. Informou, ainda, que o áudio e as imagens da audiência poderão ser utilizados para divulgação dos trabalhos institucionais da Câmara, conforme a política de proteção de dados disponível no sítio eletrônico da Casa Legislativa, bem como que os trabalhos estavam sendo registrados em ata eletrônica. A Mesa dos Trabalhos foi composta pelo vereador José Everaldo Borges – Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; vereador Rafael Pereira Boer – Relator da Comissão de Finanças e Orçamento; vereador André Gustavo Bandeira – Membro da Comissão de Finanças e Orçamento; Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun; Secretária Municipal de Finanças, Karla Lovato Pelizzaro; Gerente Financeiro da Secretaria Municipal de Finanças, Carlos Augusto Siloto; Economista da Secretaria Municipal de Finanças, Clayton Daniel Masqueto. Também estiveram presentes na audiência pública as seguintes autoridades do Poder Executivo: representando o Presidente do SEMAE, Sr. Ronald Pereira da Silva, o Diretor-Geral Administrativo e Financeiro da autarquia, Sr. Emerson Navarro; e o Presidente do IPASP, Sr. Antônio Carlos Schiavon. Registrou presença a vereadora Silvia Maria Morales. Justificaram ausência os representantes do Sindicato dos trabalhadores em Piracicaba (SIMESPI), da Diretoria Regional de Ensino de Piracicaba e os vereadores Edson Bertaia e Pedro Motoitiro Kawai. Após os esclarecimentos acerca da dinâmica da audiência, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador José Everaldo Borges (14h17min), fez a abertura oficial dos trabalhos, cumprimentando as autoridades presentes, os servidores da Câmara Municipal, os representantes do Poder Executivo e a população que acompanhava a audiência presencialmente e pelos meios de comunicação da Casa. Ressaltou a importância da audiência pública como instrumento de transparência e prestação de contas, destacando que seriam apresentados os resultados da arrecadação, da execução orçamentária e financeira e do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2026.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



Em seguida, a Secretária Municipal de Finanças, Karla Lovato Pelizzaro (14h23min), cumprimentou os presentes, agradeceu à Comissão de Finanças e Orçamento e aos servidores da Câmara Municipal pela realização da audiência, destacando a importância da transparência na gestão fiscal e da divulgação das informações relativas às finanças públicas municipais. Agradeceu também aos servidores da Secretaria Municipal de Finanças e passou a palavra ao Economista Clayton Daniel Masqueto e ao Gerente Financeiro Carlos Augusto Siloto para apresentação dos demonstrativos fiscais. Com base na Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – e na Lei Orgânica do Município, os senhores Clayton Daniel Masqueto e Carlos Augusto Siloto passaram à explanação das informações, indicadores, gráficos e resultados a seguir elencados:

26/05/2026

PIRACICABA
Prefeitura do Município

***Demonstração e Avaliação do
Cumprimento das Metas Fiscais (LRF)***

1º Quadrimestre de 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - Z3MB-698P-HU98-A1D6

ORÇAMENTO
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Pauta

- Objetivos e Fundamentos Legais
- Avaliação da Execução Orçamentária
- Desempenho Orçamentário e Financeiro
- Transparência nos Limites Legais
- Considerações Finais

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

2

ORÇAMENTO
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Objetivos e Fundamentos Legais

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

3



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Objetivos

Demonstrar o cumprimento das metas fiscais previstas para o 1º quadrimestre, conforme estabelecido no § 4º do artigo 9º da LRF, bem como apresentar a execução orçamentária e financeira até Agosto de 2026.

Ao longo desta exposição, serão demonstrados elementos contidos nos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREO) e nos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), respectivamente, do 2º bimestre e do 1º quadrimestre de 2026.

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

4

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Fundamentos Legais

LEGISLAÇÃO

- Constituição Federal
- Lei de Responsabilidade Fiscal
- Lei Orgânica do Município

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

5



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



DEPARTAMENTO
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Fundamentos Legais

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL- LRF/2000

*“Até o final dos meses de **maio**, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”.*

(art. 9º, § 4º, LRF)

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

6

DEPARTAMENTO
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECEITAS

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

7



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Receita Arrecadada - Órgãos

Órgãos	Previsão Inicial LOA 2026 (A)	Receita Realizada até o 1º Quadrimestre de 2026		
		Arrecadada (B)	A Arrecadar (A-B)	% (B/A)
Prefeitura Municipal de Piracicaba	2.950.427.793,00	922.624.200,32	2.027.803.592,68	31,27%
Serviço Municipal de Água e Esgoto - SEMAE	522.061.000,00	156.123.103,11	365.937.896,89	29,91%
Inst. Prev. Assist. Func. Municipal – IPASP	122.406.000,00	42.867.008,00	79.538.992,00	35,02%
Fundação Mun. de Ensino de Piracicaba – FUMEP	24.074.000,00	7.409.516,90	16.664.483,10	30,78%
Total	3.618.968.793,00	1.129.023.828,33	2.489.944.964,67	31,20%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

8

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Receita Prevista X Receita Arrecadada - Consolidada

Categoria Econômica	Previsão Inicial LOA 2026	1º Quadrimestre de 2026		
		Prevista até Abril (A)	Arrecadada até Abril (B)	% (B/A) -1
a) Receitas Correntes	3.375.628.793,00	1.233.748.130,36	1.087.683.622,84	-11,84%
Impostos, Taxas e Contrib. de Melhoria	984.721.800,00	380.746.200,00	258.386.837,85	-32,14%
Receita de Contribuições (11% retenção servidor)	63.672.000,00	20.259.700,00	17.267.382,55	-14,77%
Receita Patrimonial (Rendimentos, aluguéis...)	111.135.800,00	37.364.766,64	44.020.906,95	17,81%
Receita de Serviços (SEMAE e FUMEP)	444.419.000,00	168.641.666,68	142.725.705,94	-15,37%
Transferências Correntes (ICMS, IPVA, Saúde...)	1.697.356.193,00	605.925.797,04	586.413.462,11	-3,22%
Outras Receitas Correntes (REFIS, Multas...)	74.324.000,00	20.810.000,00	38.869.327,44	86,78%
b) Receitas de Capital	144.830.000,00	62.116.866,56	9.212.110,59	-85,17%
Operações de Crédito (Financiamentos)	29.171.000,00	9.600.200,00	3.218.410,95	-66,48%
Alienação de Bens (Leilão e venda de bens)	33.000,00	4.000,00	29.091,50	0,00%
Amortizações	2.412.000,00	793.000,00	750.608,14	-5,35%
Transferências de Capital (PAC, obras)	113.214.000,00	51.719.666,56	5.214.000,00	-89,92%
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00%
c) Receitas Intraorçamentárias	98.510.000,00	30.887.800,00	32.128.094,90	4,02%
Receitas Intraorçamentárias Patronal	67.344.000,00	20.519.000,00	20.891.632,68	1,82%
Receitas Intraorçamentárias de Serviços	31.166.000,00	10.368.800,00	11.236.462,22	8,37%
Total (a + b + c)	3.618.968.793,00	1.326.752.796,92	1.129.023.828,33	-14,90%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Principais Receitas Previstas X Arrecadadas

Principais Receitas	1º Quadrimestre de 2026		
	Prevista Até Abril (A)	Arrecadada (B)	% (B/A) -1
ICMS	194.895.000,00	209.381.801,10	7,43%
ISSQN	129.712.000,00	131.327.293,54	1,25%
Tarifas e Serviços de Saneamento (Águas Esgoto)	161.283.000,00	135.151.076,05	-16,20%
FUNDEB	105.747.700,00	102.664.613,70	-2,92%
Transferência Federal e Estadual para a Saúde	125.560.363,72	99.460.600,11	-20,79%
IPTU	120.210.000,00	15.762.617,23	-86,89%
Operações de Crédito	9.600.200,00	3.218.410,95	-66,48%
IPVA	111.794.000,00	115.388.857,22	3,22%
IRRF	38.820.600,00	45.999.376,27	18,49%
FPM	41.186.000,00	40.993.954,07	-0,47%
Taxas (Limpeza, poder de polícia, etc..)	44.699.600,00	5.512.162,21	-87,67%
ITBI	32.001.000,00	42.347.695,28	32,33%
Transferência Federal e Estadual para a Educação	21.739.500,00	16.199.391,49	-25,48%
Remuneração Aplicações Financeiras	37.104.366,64	43.601.861,80	17,51%
Dívida Ativa	20.327.333,32	34.692.647,82	70,67%
ITR	358.400,00	394.883,93	10,18%
Assistência Social	2.550.600,00	2.233.651,89	-12,43%
IPI	1.307.000,00	1.542.711,66	18,03%
Outros (Multas, Ônus de Sucumbência, etc..)	127.876.133,24	83.150.222,01	-34,98%
Total Geral	1.326.772.796,92	1.129.023.828,33	-14,90%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DESPESAS

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

11



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Despesa Realizada por Órgãos

Órgãos	Previsão Inicial LOA 2026 (A)	1º Quadrimestre* de 2026	
		Liquidado ¹ Total (B)	% (B/A)
Prefeitura Municipal de Piracicaba	2.659.847.793,00	678.177.017,30	25,50%
Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE	491.165.000,00	86.750.486,58	17,66%
Inst. Prev. Assist. Func. Municipal – IPASP	372.282.000,00	84.027.114,91	22,57%
Câmara de Vereadores de Piracicaba	71.600.000,00	17.327.158,63	24,20%
Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba – FUMEP	24.074.000,00	6.288.977,75	26,12%
Despesa Total	3.618.968.793,00	872.570.755,17	24,11%

*Para o 1º Quadrimestre, segundo o Manual de Demonstrativos Fiscais, deverá ser considerado os valores liquidados como execução orçamentária.
¹Despesa Liquidada: Produtos ou serviços recebidos conforme requerido.

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

12

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Despesas Prevista x Despesa Realizada - Consolidado

Categoria Econômica	Dotação Inicial LOA 2026	1º Quadrimestre de 2026		
		Prevista (A)	Liquidado (B)	% (B/A) -1
a) Despesas Correntes	3.100.708.788,00	949.889.792,60	816.445.433,94	-14,05%
Pessoal e Encargos Sociais	1.358.340.542,00	393.918.757,18	377.576.015,75	-4,15%
Juros e Encargos da Dívida	31.113.000,00	10.080.612,00	11.399.592,12	13,08%
Outras Despesas Correntes (custeio)	1.711.255.246,00	545.890.423,42	427.469.826,07	-21,69%
b) Despesas de Capital	336.477.150,00	105.527.921,50	26.396.159,72	-74,99%
Investimentos (obras, desapropriações e equip.)	312.077.050,00	96.743.885,50	15.539.067,03	-83,94%
Amortização da Dívida	24.400.100,00	8.784.036,00	10.857.092,69	23,60%
c) Reserva de Contingência	94.412.000,00	-	-	0,00%
Reserva de Conting. RPPS (IPASP)	94.412.000,00	-	-	0,00%
d) Despesas Intraorçamentárias (IPASP – Patronal/ Água)	87.220.855,00	25.968.770,65	29.729.161,51	14,48%
Total (a + b + c + d)	3.618.818.793,00	1.081.386.484,75	872.570.755,17	-19,31%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

13



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



DEFEITUDA
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Restos a pagar

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

14

DEFEITUDA
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Restos a pagar

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro. São divididos da seguinte forma:

```
graph LR; RP[Restos a Pagar] --- P[Processados]; RP --- NP[Não Processados]; P --- P1[No momento da inscrição a despesa estava empenhada e liquidada]; NP --- NP1[No momento da inscrição a despesa empenhada não estava liquidada]
```

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

15



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Execução dos Restos a Pagar de 2025

Órgãos	Restos a Pagar 2025	Execução dos Restos a Pagar até o 1º Quadrimestre de 2026			
		Baixas			Saldo a Pagar 2026
		Cancelados	Pagos	Total	
Câmara de Vereadores de Piracicaba	1.288.274,40	175.782,26	944.574,70	1.120.356,96	167.917,44
Prefeitura Municipal de Piracicaba	140.681.689,28	15.318.624,05	108.454.267,40	123.772.891,45	16.908.797,83
Fund. Municipal de Ens. Piracicaba – FUMEP	2.021.371,53	9.988,80	1.649.831,58	1.659.820,38	361.551,15
Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE	52.099.410,40	20.207,62	30.493.609,44	30.513.817,06	21.585.593,34
Inst. Prev. Assist. Func. Municipal – IPASP	94.518,81	212,93	94.305,88	94.518,81	0,00
Total	196.185.264,42	15.524.815,66	141.636.589,00	157.161.404,66	39.023.859,76

Executado cerca de 72,20% do estoque de Restos a Pagar.

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

16

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

17



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PREFEITURA
PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

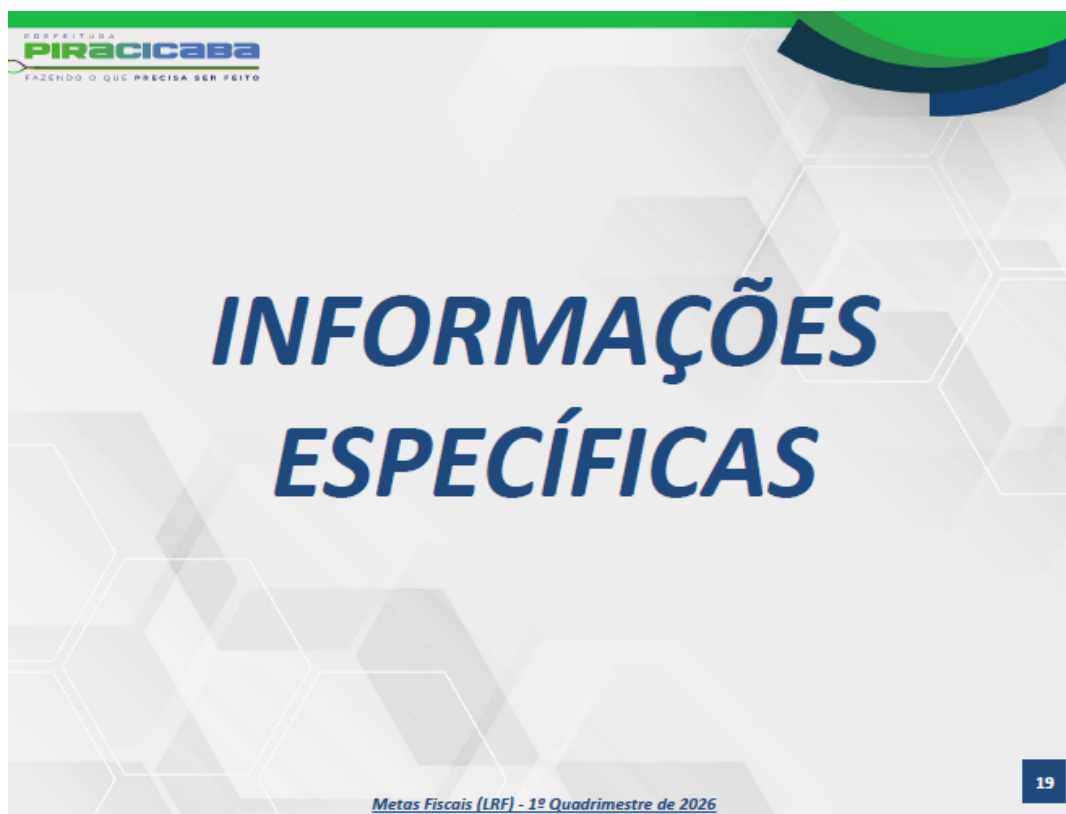
Resultado Orçamentário

(Receita - Despesa Liquidada)

Órgãos	Receita Arrecadada (a)	Despesa Liquidada (b)	Resultado Orçamentário (a) - (b)
Prefeitura Municipal de Piracicaba	922.624.200,32	678.177.017,30	244.447.183,02
Serviço Municipal de Água e Esgoto – SEMAE	156.123.103,11	86.750.486,58	69.372.616,53
Inst. Prev. Assist. Func. Municipal – IPASP	42.867.008,00	84.027.114,91	- 41.160.106,91
Câmara de Vereadores de Piracicaba	0,00	17.327.158,63	- 17.327.158,63
Fund. Municipal de Ens. Piracicaba – FUMEP	7.409.516,90	6.288.977,75	1.120.539,15
Total	1.129.023.828,33	872.570.755,17	256.453.073,16

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

18





CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Trajatória dos Passivos de Longo Prazo (Prefeitura)

Dívida Fundada (Longo Prazo) Prefeitura	2º Quadrimestre 2025	3º Quadrimestre 2025	1º Quadrimestre 2026
a) Operações de Crédito	186.791.073,51	184.426.180,13	178.012.229,60
Banco do Brasil	0,00	0,00	0,00
Caixa Federal	53.670.960,84	53.378.319,49	52.759.886,43
FINISA (Lei 9.923/2023)	111.502.205,18	108.877.474,29	103.796.416,18
Desenvolve SP (Lei 9.870/2022)	21.617.907,49	22.170.386,35	21.455.926,99
b) Parcelamentos de Encargos Previdenciários	36.636.447,39	33.320.430,65	30.474.621,69
FGTS	3.741.127,42	3.511.533,68	3.225.649,51
INSS	23.625.260,50	23.423.793,75	22.452.708,61
Pasep	9.270.059,47	6.385.103,22	4.796.263,57
c) Outros Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
d) Precatórios Judiciais	60.456.105,56	112.328.411,95	102.359.057,97
Saldo Final (a + b + c + d)	282.486.120,70	330.075.022,73	310.845.909,26

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

20

PREFEITURA PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Trajatória dos Passivos de Longo Prazo (SEMAE)

Dívida Fundada (Longo Prazo) Semae	2º Quadrimestre 2025	3º Quadrimestre 2025	1º Quadrimestre 2026
a) Operações de Crédito	11.096.663,11	12.948.773,13	14.038.555,55
FINISA (Leis 9.871/2022 e 9.923/2023)	11.096.663,11	11.520.093,09	12.211.165,72
Desenvolve SP (Lei 9.870/2022)	0,00	1.428.680,04	1.827.389,83
b) Parcelamentos de Encargos Previdenciários	0,00	0,00	0,00
INSS	0,00	0,00	0,00
c) Outros Empréstimos	9.673.193,03	10.107.914,04	9.466.934,08
Caixa Federal	9.673.193,03	10.107.914,04	9.466.934,08
d) Precatórios Judiciais	142.141,47	142.141,47	0,00
Saldo Final (a + b + c + d)	20.911.997,61	23.198.828,64	23.505.489,63

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

21



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Transferências Financeiras da Prefeitura Prevista x Realizada

Órgãos	Previsão Inicial LOA 2026 (A)	1º Quadrimestre de 2026	
		Realizada (B)	% (B/A)
Inst. Prev. Assist. Func. Municipal – IPASP	217.010.000,00	60.320.000,00	27,80%
Câmara de Vereadores de Piracicaba	71.600.000,00	23.866.666,64	33,33%
Total	288.610.000,00	84.186.666,64	29,17%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

22

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Disponibilidade Financeira da Prefeitura - 2026 Por Fonte de Recurso

Fonte Mãe	Disponibilidade Financeira (A)	Passivo Financeiro (B)	Empenho a Liquidar (C)	Restos a Pagar Não Processados (RPNP) (D)	Disponibilidade Líquida Consolidada (E) = (A) - (B) - (C) - (D)
Tesouro	519.679.714,90	205.816.770,56	458.245.521,70	10.329.238,44	-154.711.815,80
Estadual	87.215.250,42	13.549.576,21	87.332.613,69	4.029.612,90	-17.696.552,38
Fundos	43.404.198,95	214.067,59	28.528.337,06	105.854,29	14.555.940,01
Federal	96.994.453,67	1.676.416,01	153.361.189,68	2.115.124,35	-60.158.276,37
Outros	327.641,68	76,41	51.016,76	145.875,00	130.673,51
Op. Crédito	136.250,32	50.704,12	-	-	85.546,20
Total	747.757.509,94	221.307.610,90	727.518.678,89	16.725.704,98	-217.794.484,83

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

23



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO 2025/2026. Sistema Siscam. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e informe o código do documento - Z3MB-698P-HU98-A1D6

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

LIMITES LEGAIS

LRF E CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

24

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Cumprimento dos Limites Legais

Parâmetros	Limites Legais	Valor do Limite	1º Quad. 2026	% de Aplicação
Despesa com Pessoal*	Máximo 54% da RCL	1.669.642.509,32	1.132.414.754,93	36,62%
Dívida Consolidada Líquida**	Máximo 120% da RCL	3.723.858.689,77	-767.571.179,06	-24,73%
Operações de Crédito*	Máximo 16% da RCL	496.541.491,97	50.061.342,85	1,61%

*Dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal 1º Quadrimestre de 2026.
**Dívida Consolidada Líquida negativa significa que possui mais disponibilidade do que passivos a longo prazo.

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

25



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Cumprimento dos 25% do Ensino (MDE)

Valores da Medição dos Gastos com o MDE no 1º Quad. 2026

Parâmetros	Valor (R\$)	(%)
Receita de Impostos	706.926.733,73	100,00%
Limite Mínimo de 25%	176.731.683,43	25,00%
Empenhado*	215.299.033,90	30,46%
Liquidado*	139.180.120,26	19,69%
Pago*	137.216.898,47	19,41%

*Considerando as retenções do FUNDEB como despesa.

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

26

PIRACICABA
FAZENDO O QUE PRECISA SER FEITO

Cumprimento dos 15% da Saúde

Valores da Medição dos Gastos com a Saúde no 1º Quad. 2026

Parâmetros	Valor (R\$)	(%)
Receita de Impostos	706.926.733,73	100,00%
Limite Mínimo de 15%	106.039.010,06	15,00%
Empenhado	222.312.222,08	31,45%
Liquidado	155.793.984,03	22,04%
Pago	155.708.766,16	22,03%

Metas Fiscais (LRF) - 1º Quadrimestre de 2026

27



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



Informações

<http://www.piracicaba.sp.gov.br>

<http://www.financas.piracicaba.sp.gov.br>

<http://www.transparencia.piracicaba.sp.gov.br>

Metas Fiscais (LRF) - 2º Quadrimestre de 2025

28

Encerrada a apresentação técnica, iniciou-se a **fase de debates**. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (14h40min), informou que iniciaria os questionamentos da Comissão e, posteriormente, forneceria a palavra aos demais vereadores para esclarecimento de eventuais dúvidas. Inicialmente, reportando-se à página 10 da apresentação, solicitou ao representante do Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba (SEMAE) esclarecimentos acerca da arrecadação das receitas de tarifas e serviços de saneamento (água e esgoto), que apresentavam resultado negativo de 16,20% do arrecadado frente ao previsto. Em resposta, o representante do SEMAE, Sr. Emerson Navarro (14h42min), esclareceu que a diferença decorreu, principalmente, da não utilização de fonte de crédito adicional sem ser a arrecadação. Explicou que o valor originalmente projetado contemplava não apenas receitas correntes, mas também recursos provenientes de operações de crédito, as quais não foram efetivadas, resultando em diferença aproximada de R\$ 25 milhões na arrecadação. Questionado pelo vereador Josef Borges (14h43min) sobre eventual influência da inadimplência nesse resultado, o Sr. Emerson Navarro (14h43min) informou que tal fator possui impacto reduzido, uma vez que a previsão orçamentária já considera o histórico de inadimplência da autarquia. Acrescentou que, segundo parâmetros utilizados pela Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (ARES-PCJ), a receita considerada irrecuperável gira em torno de 5%. Na sequência, reportando-se ainda ao slide da página 10 da apresentação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h44min) solicitou esclarecimentos acerca da redução de



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



aproximadamente 20% nas transferências federais e estaduais destinadas à saúde, em relação ao montante previsto. A representante da Secretaria Municipal de Finanças (14h44min) informou que a diferença decorreu, sobretudo, da não efetivação de repasses previstos, especialmente de emendas parlamentares e programas governamentais já contemplados no orçamento, mas ainda não transferidos pelos entes concedentes, estimando-se valor próximo de R\$ 30 milhões. Após, o vereador Josef Borges (14h45min) questionou a diferença entre o valor liquidado e o valor previsto das despesas, destacando resultado negativo de 19,31%. A representante da Secretaria Municipal de Finanças (14h46min) esclareceu que o resultado está relacionado principalmente ao aumento das despesas de capital destinadas à amortização da dívida pública. Explicou que contratos celebrados em exercícios anteriores sofreram impacto da elevação da taxa Selic, elevando significativamente os encargos financeiros e os valores efetivamente pagos em relação às previsões iniciais. Acrescentou que o crescimento das despesas correntes também contribuiu para o resultado apresentado. Em seguida, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h47min) indagou sobre a possibilidade de renegociação dos contratos de financiamento vigentes. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (14h48min) informou que o Chefe do Poder Executivo esteve em Brasília buscando condições mais favoráveis de financiamento e que se encontrava em tramitação projeto de lei destinado a viabilizar a redução das taxas incidentes sobre contratos em andamento, medida que poderá gerar economia significativa ao Município. Passando à página 18 da apresentação, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h48min) solicitou esclarecimentos acerca do resultado orçamentário positivo apurado entre receitas arrecadadas e despesas liquidadas, no valor aproximado de R\$ 256 milhões, questionando se tal montante corresponderia à disponibilidade financeira do Município. A representante da Secretaria Municipal de Finanças (14h49min) esclareceu que o valor não representa disponibilidade líquida de caixa, uma vez que há despesas já liquidadas, precatórios e demais obrigações financeiras pendentes de pagamento. Destacou que a análise da situação financeira deve considerar também o passivo financeiro e as despesas empenhadas, não se limitando ao resultado orçamentário apresentado. Na página 25, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h50min) passou a analisar os indicadores relativos às despesas com pessoal, observando que o percentual apurado se encontrava em 36%, abaixo do limite legal de 54%. Questionou se os gastos com terceirização estavam incluídos nesse cálculo e qual seria o impacto caso fossem considerados. Em resposta, a Secretaria Municipal de Finanças (14h51min) esclareceu que os contratos terceirizados não integram o cálculo da despesa de pessoal para fins da Lei de Responsabilidade Fiscal. Contudo, foi destacado que eventual absorção dessa mão de obra mediante contratação direta poderia elevar o percentual para patamares superiores ao limite legal. Ainda na mesma página, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h52min) solicitou esclarecimentos acerca do indicador da dívida consolidada líquida, que apresentava percentual negativo de aproximadamente 24%. A Secretária Municipal de Finanças (14h52min) esclareceu que o resultado demonstra que o Município se encontra abaixo do limite máximo de endividamento



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



autorizado pela legislação, evidenciando que não utilizou toda a capacidade de contratação de operações de crédito disponível. Ressaltou-se, entretanto, que a Administração busca manter níveis prudentes de endividamento, evitando impactos futuros decorrentes do pagamento de juros e encargos financeiros. Na sequência, ao examinar os índices constitucionais de aplicação em educação, constantes da página 26, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h54min) destacou que o percentual empenhado alcançava 30,46%, superando o mínimo constitucional de 25%, e solicitou esclarecimentos acerca da composição desses valores. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (14h55min) informou que o montante empenhado contempla obras em andamento, reformas, contratos de prestação de serviços, manutenção das unidades escolares e investimentos em infraestrutura educacional, incluindo construções e ampliações de escolas. Ao analisar os indicadores da saúde, constantes da página 27, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento (14h56min) observou que o percentual empenhado alcançava 31,45%, acima do mínimo constitucional de 15%, questionando se estavam incluídos os investimentos anunciados para reforma e modernização das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). A Sra. Karla Lovato Pelizzaro, Secretária Municipal de Finanças (14h56min) confirmou que os valores contemplam tanto as obras e reformas em andamento quanto os gastos de custeio e manutenção dos serviços de saúde. Antes de passar a palavra para os demais membros da Comissão de Finanças e Orçamento, o vereador Josef Borges (14h57min) destacou os elevados percentuais de investimento nas áreas de educação e saúde. Com a palavra, o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer (14h58min), questionou o comportamento da arrecadação do ITBI, registrando percentual aproximado de 32%, solicitando esclarecimentos acerca da composição desse resultado, questionando se os valores arrecadados entre janeiro e abril já refletiam a aplicação da nova alíquota do tributo aprovada pela Câmara Municipal no final do exercício anterior. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (15h01min) esclareceu que a arrecadação dos 3% não está dentro da aprovação do Código Tributário, esclarecendo que houve um incremento da arrecadação decorrente principalmente do aquecimento do mercado imobiliário e da antecipação de registros imobiliários, não refletindo ainda os efeitos das alterações promovidas pelo novo Código Tributário Municipal. Na sequência, o vereador André Gustavo Bandeira (15h02min) retomou a análise da página 10 da apresentação, destacando que a arrecadação das receitas de serviços do SEMAE ficou abaixo da previsão para o quadrimestre. Considerando que a estimativa orçamentária já contempla o percentual de inadimplência, solicitou esclarecimentos sobre os fatores que contribuíram para o resultado apurado. Ainda sobre as receitas, o vereador André Bandeira observou que o desempenho positivo do ITBI poderia estar relacionado ao aquecimento do mercado imobiliário, à regularização de empreendimentos e à formalização de escrituras, refletindo maior movimentação do setor. Em seguida, ao analisar a página 16, referente aos restos a pagar de 2025, apontou aparente divergência nos dados do SEMAE. A Secretária Municipal de Finanças (15h06min) esclareceu que o valor registrado na coluna de cancelamentos correspondia a aproximadamente R\$ 20 mil, e não R\$ 20 milhões, sanando a dúvida apresentada.



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



Prosseguindo, o vereador André Bandeira (15h06min) mencionou os impactos do atual cenário de juros elevados sobre as finanças municipais, tanto em relação às receitas de aplicações financeiras quanto aos encargos de financiamentos, questionando se os reflexos mencionados pela Administração estavam relacionados especificamente aos contratos do FINISA ou também a outras operações de crédito. Por fim, ao analisar o quadro de disponibilidade financeira da página 23, o membro da Comissão de Finanças e Orçamento solicitou esclarecimentos sobre a composição do passivo financeiro e dos empenhos a liquidar, especialmente quanto às principais despesas que integram esses valores e aos prazos previstos para sua liquidação. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (15h09min) esclareceu que o desempenho positivo da arrecadação do ITBI no início do exercício está relacionado ao aquecimento do mercado imobiliário e, possivelmente, à antecipação de registros e formalizações de negócios em razão das alterações promovidas na legislação tributária municipal. Destacou que a manutenção desse cenário é favorável ao Município, por se tratar de receita própria integralmente destinada aos cofres municipais. Quanto à disponibilidade financeira, a Sra. Karla Lovato Pelizzaro explicou que o resultado apresentado é impactado pelo elevado volume de investimentos e obras em andamento nas áreas de saúde, educação, cidadania, esporte e cultura, além dos reflexos da suspensão temporária da arrecadação do IPTU por decisão judicial, circunstância que reduziu significativamente a entrada de receitas previstas. A Secretária Municipal de Finanças ressaltou que a Administração Municipal tem adotado medidas de responsabilidade fiscal e acompanhamento permanente da execução orçamentária, buscando compatibilizar os investimentos em andamento com a capacidade financeira do Município, de modo a assegurar o pagamento das obrigações dentro dos prazos estabelecidos e sem prejuízo aos fornecedores. Na sequência, o vereador André Bandeira (15h13min) solicitou esclarecimentos adicionais acerca dos valores registrados como empenhos a liquidar, questionando se entre tais montantes estariam incluídas despesas decorrentes de contratos continuados da Administração Municipal, como os serviços de coleta de resíduos e limpeza pública, e se os valores apresentados correspondiam às previsões para todo o exercício financeiro. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (15h13min) esclareceu que os valores demonstrados não contemplam a totalidade dos empenhos previstos para o ano, uma vez que existem contratos com vencimentos previstos para os meses de julho e agosto, cujos respectivos empenhos ainda serão realizados. Ressaltou, contudo, que a Administração também contará com receitas a serem arrecadadas ao longo do exercício para fazer frente a essas obrigações. Quanto ao questionamento referente ao FINISA, a Secretária Municipal de Finanças informou que o impacto financeiro mencionado está relacionado especificamente aos contratos firmados em 2023, cujas condições preveem encargos correspondentes a 145,28% do CDI, circunstância que tem elevado significativamente os custos com juros e correção monetária da operação. Em complementação aos esclarecimentos anteriormente prestados, o representante do SEMAE, Sr. Emerson Navarro (15h14min), explicou que a diferença entre a receita prevista e a efetivamente arrecadada pela autarquia não decorre exclusivamente da arrecadação tarifária e da inadimplência, mas também



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



da composição da rubrica “Tarifas e Demais Serviços de Saneamento”, que engloba outras fontes de receita. O Sr. Emerson Navarro esclareceu que, conforme demonstrado nos relatórios apresentados, a arrecadação do SEMAE alcançou aproximadamente R\$ 156 milhões no período analisado, desconsideradas as operações de crédito previstas, cuja eventual realização elevaria esse montante. Prosseguindo, ao abordar a execução das despesas da autarquia, o representante do SEMAE informou que, em razão da realização da receita em patamar inferior ao inicialmente projetado, o SEMAE tem adotado postura de cautela na execução orçamentária. Destacou que, até o encerramento do quadrimestre, foram executados cerca de R\$ 86 milhões, correspondentes a aproximadamente 17% da despesa prevista para o exercício. Por fim, salientou que a autarquia vem atuando com responsabilidade fiscal, realizando investimentos de acordo com a disponibilidade financeira existente e buscando alternativas para viabilizar ações e projetos sem depender exclusivamente de operações de crédito, inclusive mediante aprimoramento dos processos licitatórios e melhor gestão dos recursos próprios. Na sequência dos trabalhos, fez uso da palavra a vereadora Silvia Maria Morales (15h16min), que ressaltou a importância da participação popular nas audiências públicas e formulou questionamentos acerca da política de pessoal do Município, dos concursos públicos e da valorização dos servidores municipais. Em resposta, a Secretária Municipal de Finanças (15h18min) informou que a Administração tem priorizado a valorização dos servidores efetivos por meio de remanejamentos internos, melhorias funcionais e estudos relacionados às demandas de pessoal, observando os limites legais e a responsabilidade fiscal. Na sequência, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (15h21min), dirigiu questionamentos ao Presidente do IPASP, Antônio Carlos Schiavon, acerca da arrecadação previdenciária no percentual de 35% para o quadrimestre e da situação atuarial do Instituto. Em resposta, o Presidente do IPASP, Sr. Carlos Alberto Schiavon (15h22min), esclareceu que as receitas previdenciárias consideradas certas para o Instituto são compostas pelas contribuições dos servidores estatutários, atualmente fixadas em 11%, e pela contribuição patronal do Município, correspondente ao dobro desse percentual, conforme previsão legal. O Presidente do IPASP informou que, embora a legislação permita a fixação da contribuição patronal em até o dobro da alíquota dos servidores, os percentuais atualmente praticados não são suficientes para garantir o equilíbrio atuarial do regime próprio de previdência. Destacou que o Instituto defende a elevação da contribuição dos servidores para 14%, em conformidade com as diretrizes adotadas pela União desde 2019, medida que contribuiria para o fortalecimento financeiro do sistema previdenciário municipal e para a manutenção do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP). O Presidente do IPASP esclareceu, ainda, que o Município mantém regularidade em seus recolhimentos previdenciários, inexistindo débitos perante o Ministério da Previdência. Contudo, informou que a situação do CRP permanece amparada por decisão judicial relacionada à discussão acerca da aplicação da alíquota previdenciária vigente desde 2021. O Presidente do IPASP ressaltou preocupação com a sustentabilidade futura do regime previdenciário, especialmente em relação aos servidores vinculados ao sistema instituído a partir de 2004, observando que a não atualização



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



da alíquota implica menor capitalização dos recursos destinados ao pagamento de aposentadorias futuras. Acrescentou que eventual elevação da contribuição dos servidores para 14% poderia, inclusive, proporcionar maior flexibilidade na definição da contribuição patronal, trazendo reflexos positivos para o equilíbrio financeiro do sistema. Por fim, informou que o Instituto mantém a certificação Pró-Gestão Nível III e que passará por nova auditoria presencial nos dias 28 e 29, conduzida por entidade homologada pelo Ministério da Previdência, com o objetivo de manter a certificação. Destacou que a permanência nesse nível amplia as possibilidades de investimentos financeiros do Instituto, contribuindo para melhores resultados de rentabilidade e para a segurança do pagamento dos benefícios previdenciários futuros. Prosseguindo, o vereador André Bandeira (15h28min) formulou questionamentos acerca do contrato de parceria público-privada firmado entre o SEMAE e a concessionária responsável pelo tratamento de esgoto, bem como sobre os repasses realizados à referida concessionária. Em resposta, o Procurador-Geral do Município. Dr. Marcelo Magro Maroun (15h30min) informou que o contrato se encontra em processo de revisão e análise técnica, inclusive em procedimentos arbitrais previstos contratualmente, visando eventual repactuação e aperfeiçoamento do modelo atualmente vigente, inclusive no tocante à questão dos repasses. O Diretor-Geral Administrativo e Financeiro do SEMAE, Sr. Emerson Navarro (15h33min) complementou as informações, esclarecendo que o contrato de parceria público-privada atualmente em vigor foi estruturado de forma que a remuneração da empresa parceira está vinculada ao volume de esgoto faturado pela autarquia. Esclareceu que a base de cálculo da remuneração considera o faturamento realizado, independentemente do efetivo pagamento por parte dos usuários, conforme previsto nos estudos que fundamentaram a modelagem da parceria. Ressaltou que essa metodologia integra o contrato desde sua concepção e permanece sendo aplicada regularmente. Informou, ainda, que a remuneração da parceira corresponde atualmente a aproximadamente 36% do faturamento do SEMAE, percentual que vem sendo honrado mensalmente pela autarquia. Destacou, entretanto, que esse percentual representa exclusivamente a remuneração contratual da empresa parceira, não abrangendo os demais custos relacionados à prestação dos serviços de esgotamento sanitário. O Sr. Emerson Navarro esclareceu que despesas decorrentes da inadimplência dos usuários, bem como os custos administrativos, operacionais, de atendimento ao público, faturamento e processamento das contas, permanecem sob responsabilidade do SEMAE, constituindo despesas indiretas suportadas pela autarquia na gestão do sistema. Na presente audiência pública **não houve participação popular**. Em **considerações finais**, fizeram uso da palavra o Procurador-Geral do Município, Dr. Marcelo Magro Maroun (15h35min); o vereador André Gustavo Bandeira (15h36min); a vereadora Silvia Maria Morales (15h38min); o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Rafael Pereira Boer (15h39min); e a Secretária Municipal de Finanças, Karla Lovato Pelizzaro (15h40min), que reiteraram a importância da responsabilidade fiscal, da transparência administrativa, da participação popular e da correta aplicação dos recursos públicos. Ao final, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges (15h42min) agradeceu a presença de todos e, pela Comissão, foi tomado o



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo

Departamento Legislativo



seguinte **encaminhamento**: a disponibilização, no prazo legal, da ata e dos documentos relativos à presente audiência pública para consulta da população, bem como vistas aos órgãos públicos competentes e remessa ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, quando solicitados. O acesso à gravação da presente audiência encontra-se disponível nos canais oficiais da Câmara Municipal, inclusive na TV Câmara e nas plataformas digitais institucionais (links: <https://legisvideos.camarapiracicaba.sp.gov.br/video/1812> e <https://www.camarapiracicaba.sp.gov.br/suspensao-temporaria-da-cobranca-do-iptu-afeta-metas-fiscais-do-municipio-71261>). Ainda, pode ser visitada na frequência 11.3 UHF da TV Digital aberta, canal 4 da Net/Claro, canal 9 da Vivo/Fibra, bem como no perfil da Câmara no Facebook, no Youtube ou na página oficial camarapiracicaba.sp.gov.br, em conformidade com o §5º do art. 367, do CPC. O formato desta ata segue o previsto pela Resolução 105 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, arts 367 c.c 460 do Código de Processo Civil - CPC e art 405 do Código de Processo Penal - CPP, a fim de emprestar destacado relevo à fidedignidade das explanações colhidas por meio audiovisual e também a prestigiar os princípios constitucionais da celeridade, da economicidade e da eficiência. Nada mais havendo a ser discutido ou quem quisesse se manifestar, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vereador Josef Borges, cumprimentou todos os presentes, agradeceu as equipes técnicas da Prefeitura e da Câmara Municipal, declarando encerrada a presente Audiência Pública às quinze horas e quarenta e três minutos. Eu, Daniela Deleuze de Lima Balloni, Agente Legislativo, redigi a presente Ata que será lida, revisada e assinada pelos membros da Comissão de Finanças e Orçamento.

Comissão de Finanças e Orçamento:

(assinado digitalmente)

José Everaldo Borges
Presidente da Comissão

(assinado digitalmente)

Rafael Pereira Boer
Relator da Comissão

(assinado digitalmente)

André Gustavo Bandeira
Membro da Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA

Estado de São Paulo



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Piracicaba. Para verificar as assinaturas, clique no link: <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar?chave=Z3MB698PHU98A1D6>, ou vá até o site <http://siave.camarapiracicaba.sp.gov.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: Z3MB-698P-HU98-A1D6

